

Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**O Significado Além do Texto: contexto e intencionalidade na história das idéias**

Ricardo Silva\*

**Resumo:** O trabalho tem como principal objetivo examinar os esforços de Quentin Skinner e de Mark Bevir para a recuperação das abordagens contextualista e intencionalista na história intelectual.

**Palavras-chave:** História intelectual – intencionalismo - contextualismo

**Abstract:** *The main purpose of this paper is to examine the efforts made by Quentin Skinner and Mark Bevir to recovery the contextulist and intentionalist approaches in the filed of intellectual history.*

**Keywords:** *Intellectual history - intentionalism - contextualism*

No curso das últimas três décadas, diferentes tendências acadêmicas têm difundido a sugestão de que os estudiosos da história intelectual devem ocupar-se exclusivamente da *textualidade* das idéias legadas do passado. Em defesa do princípio da autonomia semântica do texto, este novo textualismo têm denunciado: 1) a inocuidade dos esforços interpretativos que buscam compreender o significado dos textos a partir da reconstrução de seus respectivos contextos históricos; 2) a impossibilidade de resgate das “intenções autorais” subjacentes à escritura ou publicação dos textos. Este trabalho destina-se ao exame de abordagens contemporâneas que têm procurado responder a estas denúncias, reafirmando a importância de se olhar além dos limites do texto para uma adequada compreensão do significado das crenças expressas nos textos do passado. Após analisarmos alguns dos argumentos centrais do “caso antiintencionalista”, apresentaremos brevemente as linhas gerais de duas abordagens parcialmente concorrentes na defesa dos pressupostos contextualistas e intencionalistas na história das idéias: o “contextualismo lingüístico” de Quentin Skinner e o “novo intencionalismo” de Mark Bevir.

**O novo textualismo e o caso antiintencionalista**

---

\* Dr. em Ciências Sociais pela UNICAMP, pesquisador do CNPq e Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina

O novo textualismo na história intelectual e nas ciências humanas é um produto das décadas recentes e sua emergência representa o efeito conjugado de diferentes correntes de pensamento. Para além das inúmeras diferenças que essas correntes guardam entre si, há um ponto de partida em comum que aqui nos interessa explorar. Trata-se do ceticismo com relação à possibilidade de recuperação das intenções autorais nos contextos históricos de surgimento do textos. Por razões de espaço, limito-me aqui a tomar como exemplares algumas das objeções ao intencionalismo levantadas por Paul Ricouer e Roland Barthes, e isso em razão da forte influência desses autores na configuração do novo textualismo nos campos da hermenêutica e do pós-estruturalismo, repectivamente.

Porém, convém antes mencionar que o ataque ao intencionalismo já vinha sendo realizado no campo da teoria literária por influentes críticos do século XX, tais como Thomas Eliot e Wimsatt e Beardsley. Estes últimos chegaram a cunhar a expressão “falácia intencional” para se referirem à pressuposição de que o julgamento crítico de uma obra deveria orientar-se pelo resgate da intenção de seu autor. Para esses críticos, “o desígnio ou a intenção do autor não está disponível nem é desejável como padrão de julgamento do sucesso de uma obra de arte literária” (WIMSATT e BEARDSLEY, 1954, p. 3), uma vez que “a avaliação de uma obra de arte permanece pública; a obra é medida em função de algo fora do autor” (*Idem*, p. 10).

A contribuição de Ricouer consiste em tecer um conjunto de distinções entre o modelo da conversação ordinária face a face e o que ele designa como o “modelo do texto”. O resgate da intenção autoral, objetivo legítimo quando referido à conversação ordinária, é apresentado como impróprio para compreender os significados dos textos escritos.

*Com o discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto cessam de coincidir. Esta dissociação entre o significado verbal do texto e a intenção mental é o que está realmente em questão na inscrição do discurso. Não que possamos conceber um texto sem um autor; a ligação entre o falante e o discurso não é abolida, mas distendida e complicada. (...) a carreira do texto escapa ao finito horizonte vivido por seu autor (RICOUER, 1979, p. 78).*

No texto escrito, desaparecem parcialmente os elementos de prosódia que, na conversação oral, facilitam a identificação do significado da sentença com a intenção do falante. Além disso, a inscrição do discurso “explode” a estreiteza da situação que caracteriza a comunicação oral, na medida em que estabelece uma espécie de autonomização do discurso de seus referentes imediatos. Nas condições particulares de uma situação dialógica, o caráter

referencial do discurso aparece de maneira “ostensiva”. Somente o discurso escrito, “ao libertar-se, não somente de seu autor, mas das constrações de uma situação dialógica”, poderia viabilizar uma espécie de “abertura”, capaz de revelar-nos “novas dimensões de nosso ser no mundo” (RICOUER, 1979, p. 79).

Outra influente linha de ataques ao intencionalismo e defensora do princípio da autonomia do texto em relação ao mundo de seu autor tem como ponto de partida a celebrada metáfora da “morte do autor”, anunciada por Roland Barthes e depois endossada por Foucault (1979). Para Barthes, o “autor” é uma figura moderna, emergente com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma. Seu prestígio consolida-se com a aparição do indivíduo ou, de modo mais nobre, da “pessoa humana”. Todavia, a literatura e a crítica literária têm se empenhado em mostrar que “é a língua que fala, não o autor” (BARTHES, 1977, p. 143). Ainda que funcional à obsessão da crítica de fixar o significado de um texto, a figura do autor deve ser destruída de modo a dar lugar à autonomia do texto e à figura do leitor. O texto não é um conjunto de palavras secretando “um significado último (a ‘mensagem’ do Autor-Deus), mas um espaço multidimensional em que várias escrituras, nenhuma delas original, fundem-se e chocam-se” (*Idem*, p. 146). Sua unidade não se encontra em sua origem, mas em sua destinação. Contudo, tal destinação não pode ser compreendida em termos pessoais, a exemplo do que se faz com a figura do autor. E isso porque o destino do texto é o leitor, e este “é sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é simplesmente *alguém* que reúne conjuntamente em um mesmo campo todos os traços pelos quais um texto escrito é constituído (...) O nascimento do leitor deve se dar ao custo da morte do autor” (*Idem*, p. 148). Removida a figura do autor, esvaece-se também a idéia de “obra”, cuja marca é a assinatura do autor. O que passamos a ter é o texto como um novo objeto, com sua pluralidade e indeterminação, objeto que pode ser abordado, experimentado, em reação ao “signo”, mas jamais fechado em um significado originalmente pretendido pelo autor.

### **Convenções lingüísticas e intenção autoral em Quentin Skinner**

A despeito dos ataques acima esboçados, a perspectiva intencionalista na história intelectual recebeu um novo impulso com as intervenções metodológicas de pensadores vinculados à chamada “escola de Cambridge” de história do pensamento social e político. Desde o começo da década de 1960, historiadores como John Pocock, John Dunn e, principalmente, Quentin Skinner têm-se esforçado em defender o princípio interpretativo segundo o qual o significado de um dado texto deve ser determinado mediante a mobilização

de uma metodologia capaz de recuperar a intenção do autor no contexto de convenções lingüísticas e normativas da escritura do texto. Vamos nos ater, aqui, à contribuição de Skinner, tendo em vista a centralidade do conceito de intenção autoral em sua obra e a maior dedicação desse autor, relativamente a seus colegas de escola, ao enfrentamento do debate teórico e metodológico.

Como o próprio Skinner (2001) reconhece, a abordagem historiográfica dos contextualistas de Cambridge constituiu-se sob a influência mais ou menos direta da filosofia da história de R. G. Collingwood, para quem toda ação historicamente significativa deve ser reconstituída tendo-se em vista o pensamento do agente que a efetuou. Collingwood distingue entre os aspectos externos (“eventos”) e os aspectos internos de um acontecimento (COLLINGWOOD, s/d, 266). Embora possa começar pela descoberta do exterior de um acontecimento, o trabalho do historiador só irá completar-se na medida em que ele consiga relacionar o evento descoberto com o interior do acontecimento. Para isso o historiador “tem de recordar-se sempre de que o acontecimento foi uma ação e que sua tarefa essencial é meter-se ele próprio no interior dessa ação, é discernir o pensamento do seu agente” (*Idem*, p. 267).

Para dar forma à sua metodologia da história intelectual, Skinner combina os princípios da filosofia collingwoodiana da história com os desenvolvimentos no campo da filosofia da linguagem ordinária que se seguiram à difusão, na década de 1950, das idéias do segundo Wittgenstein. Skinner parte da célebre formulação de Wittgenstein segundo a qual “palavras também são atos” (WITTGENSTEIN, 1958, p. 146), enquanto procura elaborar o princípio pragmático de que o significado dos atos lingüísticos depende de seus usos em determinados jogos de linguagem. Skinner recorre aos teóricos da linguagem que mobilizaram a noção wittgensteiniana de significado para a elaboração do que se convencionou designar “speech-acts theory”. John Austin, o mais influente desses teóricos, desafiava a visão de que os enunciados lingüísticos devem ser estudados exclusivamente a partir de suas funções “constatativas”, ou seja, a partir do que representam como descrição (que pode ser avaliada como verdadeira ou falsa) de determinado estado de coisas. Além das sentenças constatativas, há toda uma classe de enunciados lingüísticos dotados de uma *força* que não pode ser julgada conforme os parâmetros de verdade ou falsidade. Austin define essa classe de enunciados como “performativos”, para indicar que “a emissão de um enunciado é a efetuação de uma ação” (AUSTIN, 1975, p. 6). O autor distingue três dimensões dos atos de fala: a dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (*of saying*) alguma coisa; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o falante

está *fazendo* ao dizer (*in saying*) algo; e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos do ato de fala tanto para o ouvinte como para o falante, aquilo que ocorre por se dizer (*by saying*) algo (*Idem*, p. 94-120).

A taxonomia dos atos de fala elaborada por Austin é mobilizada sistematicamente por Skinner em sua teoria da interpretação. Num primeiro momento, Skinner estabelece uma equalização entre a compreensão do significado de um texto e o resgate da intenção ilocucionária do autor. Compreender o significado de um texto histórico seria o mesmo que revelar o que o autor do texto *estava fazendo* ao escrevê-lo. Para isso, dever-se-ia estudar o modo como a intenção do autor se inscreve no contexto de convenções lingüísticas em que o texto foi produzido (SKINNER, 1988a, p. 63-64). Em momento posterior, Skinner passa a conceder que é possível distinguir entre três diferentes sentidos do termo. Primeiramente, há o que o Skinner designa *meaning 1*, modalidade de significado que está em questão quando se faz uma pergunta do tipo: “O que as palavras, ou específicas palavras ou sentenças significam nesta obra?” (SKINNER, 1988b, p. 70). Este tipo de significado é capturado mediante o estudo da semântica e da sintaxe do texto, com o recurso a nosso conhecimento convencional da linguagem codificado em livros de gramática e dicionários. Em seguida Skinner refere-se ao *meaning 2*, associado à questão: “O que isto significa para mim?” (1988b, p. 70) Trata-se aqui de entender o texto a partir de seus efeitos nos leitores, o que, de um ponto de vista historiográfico, dá surgimento a uma história da recepção dos textos enquanto fenômenos que transcendem o contexto e o momento de sua produção original. Por último há o que Skinner denomina *meaning 3*, que está em jogo quando se pergunta: “O que o autor quis significar com o que ele disse nesta obra?” (1988b, p. 70).

Não obstante a concessão dessas distinções, Skinner reafirma o ponto central de sua metodologia ao defender a posição de que uma interpretação comprometida com o resgate do significado *histórico* dos textos do passado exige que o historiador se concentre na terceira concepção de significado mencionada acima, a única conectada com a intenção autoral incorporada na escritura dos textos; e conectada a ponto de se poder falar em uma “equivalência” entre significado e intenção (1988b, p.75-76 – grifo no original). Neste ponto, Skinner sugere ainda uma outra distinção estratégica para a defesa de sua metodologia. Uma coisa seria falar dos “motivos” que levaram um determinado autor a escrever o que escreveu e nas circunstâncias em que escreveu. Outra, inteiramente distinta, é considerar as intenções do autor *ao* escrever determinado texto. Os motivos de um autor podem ser examinados como causas externas do enunciado lingüístico cristalizado no texto, causas que se conectam apenas de modo contingente com tal enunciado. Por outro lado, sua intenção ao escrever o texto,

intenção incorporada na própria ação lingüística, não exterior a ela, “deve ser tratada como uma condição necessária para que se possa interpretar o *meaning* 3 de suas obras” (1988b, p. 77). Com base nessa distinção autor defende a possibilidade de uma explicação não causal dos textos históricos considerados como ações lingüísticas. Este tipo de explicação, estranho a tradição “naturalista” de explicação da ação social, teria como suporte o procedimento de redescrição da intenção ilocucionária do autor do texto.

Mas não é somente contra o naturalismo que a distinção entre motivos e intenções é mobilizada por Skinner. Ela também serve a seu esforço para afastar-se do tipo de hermenêutica romântica que identifica o resgate da intenção autoral com uma espécie de mergulho do intérprete na *mens auctoris* do passado. Skinner busca evitar o subjetivismo subjacente a esta vertente intencionalista chamando a atenção para o caráter “publicamente legível” das intenções autorais (2002 p. 120). A compreensão do significado de um texto não requer do intérprete a misteriosa habilidade de penetrar na mente do autor para revelar seus estados psíquicos interiorizados na forma de desejos, planos ou desígnios. Requer, sim, o procedimento muito mais prosaico – embora necessariamente paciente e erudito – de situar o texto em questão no contexto de convenções lingüísticas e sociais que governam o tratamento dos temas e problemas com os quais o texto se ocupa. Conforme o próprio autor,

*de modo a recuperar tais intenções, é normalmente tido como essencial cercar o texto dado com o contexto apropriado de pressuposições e convenções a partir do qual o significado exato intencionado pelo autor pode ser decodificado. Isto acarreta a conclusão crucial de que o conhecimento das pressuposições e convenções deve ser essencial para a compreensão do significado do texto (SKINNER, 1975, p. 216).*

### **“Intencionalismo fraco” e significado no novo intencionalismo de Mark Bevir**

A exclusividade que Skinner atribui à intenção ilocucionária dos autores-escritores para a compreensão do significado da ação lingüística tem sido alvo de objeções provenientes do próprio campo intencionalista. Mark Bevir, em seu amplo projeto de reforma da perspectiva intencionalista na história das idéias, reconhece que Skinner, mediante sua conhecida distinção entre “motivos” e “intenções”, procura distanciar-se da tendência de identificar a noção de intenção autoral com os propósitos originais dos autores. Com isso, Skinner evita alguns erros das abordagens mais ortodoxas do intencionalismo, às quais Bevir classifica como “intencionalismo forte”.

Todavia, Skinner elabora sua noção de significado histórico recorrendo exclusivamente à força ilocucionária dos enunciados, o que o leva a enfatizar, no processo de compreensão, os “desejos” e “pro-attitudes” de um dado autor, ao invés das “crenças” que ele sustenta. Para Bevir, não se trata de “excluir todos os desejos do aspecto intencional da ação”, mas de defender o ponto de vista que tais desejos “não entram no significado de uma obra” (1999, p. 69). A preocupação do intencionalismo fraco deveria ser mais com o universo de “crenças substantivas” de determinado autor do que com desejos e pro-attitudes expressos pela intenção ilocucionária. Além disso, Skinner compartilha com o “intencionalismo forte” o equívoco de ignorar o papel dos leitores na atribuição de significado a um determinado texto, fazendo da intenção do autor o critério exclusivo para tal. Mas por que ignorar o papel ativo de leitores na atribuição dos significados? Segundo Bevir, Skinner parece assumir que, de certo modo, os textos têm significados em si mesmos, não importando o que seus intérpretes e leitores pensem a seu respeito. E, do ponto de vista histórico, o significado que o texto carrega consigo foi determinado pela intenção de seu autor no contexto original de sua produção. Tal significado histórico, de uma vez por todas estabelecido no passado, estaria à espera para ser corretamente recuperado pela mobilização do instrumental metodológico apropriado à empreitada.

Bevir, por seu turno, além de duvidar da crença de que um método, qualquer que seja, possa ter a virtude de garantir uma interpretação correta, também argumenta que textos não têm significados em si mesmos. Sem a intervenção humana, textos nada mais são do que marcas registradas em papel ou outro meio físico. São os indivíduos (tanto autores quanto leitores), dotados de capacidade de agência, que a eles atribuem significados. Daí a necessidade de um “individualismo procedural” para a superação dos dilemas colocados pelas vertentes antiintencionalistas ao intencionalismo convencional. Ou seja, a pergunta acerca do significado de um texto do passado deve sempre ser acompanhada da pergunta sobre *quem* (indivíduos ou grupos de indivíduos, autores ou leitores) sustentava tal ou qual significado (BEVIR, 2002, p. 213).

### **Referências bibliográficas**

AUSTIN, John. **How to Do Things with Words**. 2ª ed.. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

BEVIR, Mark. **The Logic of the History of Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BEVIR, Mark *How to be an intentionalist*. In: **History and Theory**, vol. 41, 200. Pp. 209-217.

BARTHES, Roland. *The death of the author*. In: **Image, Music, Text**. Glasgow: Fontana Collins, 1977.

COLLINGWOOD, Robin. **A Idéia de História**. Lisboa: Presença, s/d.

FOUCAULT, Michel. *What is an author?* In: HARARI, J. (ed.). **Textual Strategies: perspectives in post-structuralist criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1979.

RICOEUR, Paul. *The Model of the Text: Meaningful action considered as a text*. In: RABINOW, Paul. and SULLIVAN, William. (Eds.). **Interpretive Social Science: a Reader**. Berkeley: University of California Press, 1979.

SKINNER, Quentin. *Hermeneutics and the role of history*. In: **New Literary History**, v. 8, 1975. Pp. 209-232.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: TULLY, J. (ed.) **Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics**. Cambridge: Polity Press, 1988a.

SKINNER, Quentin. *Motives, intentions and interpretation of texts*. In: TULLY, J. (ed.) **Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics**, Cambridge: Polity Press, 1988b.

SKINNER, Quentin. *The rise of, challenge to and prospects for a Collingwoodian approach to the history of political thought*. In: CASTIGLIONE, D. & HAMPSHER-MONK, I. (eds.). **The History of Political Thought in National Context**. Cambridge. Cambridge University Press, 2001

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**, vol. 1 – Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WIMSATT, W. & BEARDSLEY, M. *The intentional fallacy*. In: WIMSATT, W. (ed.). **The Verbal Icon: studies in the meaning of poetry**. Lexington: University of Kentucky Press, 1954.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1958). **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell.